

O PAPEL DA UE NA MANUTENÇÃO DE UM AMBIENTE SEGURO E ESTÁVEL NA BÓSNIA HERZEGOVINA¹

THE EU'S ROLE IN MAINTAINING A SAFE AND SECURE ENVIRONMENT IN BOSNIA AND HERZEGOVINA

Paulo Pereira Zagalo

Coronel do Exército Português

Doutorando em Ciências Militares no Instituto Universitário Militar e Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar Portuguesa

Investigador do Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar (Escola Superior de Guerra) e do Centro de Investigação da Academia Militar Portuguesa (CINAMIL), Academia Militar zagalo.pp@ium.pt

Resumo

A UE tem por objetivos melhorar a paz, a liberdade, a segurança e a justiça além fronteiras. No entanto, esses objetivos poderão ser postos em causa se a região dos Balcãs não for estabilizada. O nosso argumento é que as atitudes erradas dos políticos bósnios ameaçam colocar em risco o cumprimento do Acordo de Dayton.

Este estudo analisa a relevância da influência dos países vizinhos da UE e dos países candidatos à adesão como a Bósnia Herzegovina (BiH) na estabilidade e no crescimento económico dessa zona da Europa. Uma mudança de atitude pode ter um impacto direto na estabilidade da região.

O artigo analisa as opções que a UE tem à sua disposição para resolver o conflito na BiH e argumenta que, se a UE criar condições inexoráveis para que o Acordo de Dayton continue a ser aplicado, verá a sua relevância na resolução de futuros conflitos aumentar.

Palavras-chave: União Europeia, Bósnia-Herzegovina, Estratégia Global da UE, Abordagem Integrada, Política Comum de Segurança e Defesa.

Abstract

The EU objectives are to improve peace, freedom, security, and justice across borders. However, without regional stabilization in the Balkans, the EU's goals could be challenged. Our argument is that wrong attitudes of Bosnian politicians could jeopardize the Dayton Agreement's fulfilment.

Como citar este artigo: Zagalo, P. P. (2023). O Papel da UE na Manutenção de um Ambiente Seguro e Estável na Bósnia-Herzegovina. *Revista de Ciências Militares*, novembro, XI(2), 159-189. Retirado de <https://www.ium.pt/publist/1>

¹ Artigo adaptado de um documento elaborado para uma apresentação na 15ª Conferência Pan-Europeia de Relações Internacionais, realizada em Atenas, na Universidade Panteion, de 1 a 4 de setembro de 2022.

This research analyses the relevance of the impact of EU neighbouring countries and candidate countries like Bosnia and Herzegovina (BiH) on stability and economic growth on that part of Europe. A change in attitude can directly affect the region's stability.

The EU's options for resolving the conflict in BiH are examined, and it is argued that if the EU provides inexorable conditions for the Dayton Agreement's continued implementation, its importance in addressing potential conflicts will increase.

Keywords: *European Union, Bosnia-Herzegovina, EU Global Strategy, Integrated Approach, Common Security and Defence Policy.*

1. Introdução

Uma das consequências da globalização e do mundo interligado em que vivemos é que a conjuntura atual é de elevado contágio (Keohane & Nye, 1998) entre todos os atores da cena internacional. Este fenómeno é caracterizado pela incerteza, imprevisibilidade e concorrência (Bodenhausen & Peery, 2009).

A segurança é uma preocupação permanente dos Estados e de organizações como a União Europeia, que tem por objetivo promover a paz e o bem-estar dos seus Estados Membros, bem como garantir a livre circulação de pessoas, bens e capitais e a coesão económica e social (União Europeia, 2007).

O papel da UE no desenvolvimento de relações positivas com o resto do mundo significa que qualquer comportamento que ponha em causa as relações económicas, sociais, culturais e políticas, mesmo por parte de países vizinhos da União, nomeadamente os países candidatos, terá consequências para a estabilidade desejada, que por sua vez terão impacto direto no espaço económico.

A Bósnia-Herzegovina tem cumprido os Acordos de Dayton desde a sua assinatura em dezembro de 1995 (por vezes sob pressão da comunidade internacional) e está, alegadamente, a criar as condições necessárias para a saída das entidades externas que lhe têm dado apoio a nível político, social, económico, de segurança e defesa, entre outros, e assumir a “governança” do país de forma totalmente autónoma (União Europeia, n.d.).

Recentemente, têm surgido indícios que sugerem a possível secessão de uma das entidades que integram a BiH. Caso se confirmem, esses indícios, que têm origem em Milorad Dodik, o representante da Republika Srpska, antigo membro da presidência tripartida e líder de um dos grupos étnicos, podem colocar em causa o cumprimento dos Acordos de Dayton e criar problemas que terão de ser resolvidos, nomeadamente pela UE.

Tendo em conta o que precede, a União deverá identificar opções para evitar que a situação comprometa o cumprimento dos acordos internacionais e prejudique a estabilidade do país, e implementar essas opções em consonância com o progresso alcançado na BiH.

Assim, a questão a que este estudo pretende responder é: *Como é que a União Europeia pode influenciar a Bósnia Herzegovina a manter um ambiente seguro e estável?*

O nosso argumento é que só será possível manter um ambiente seguro no país de forma eficaz e eficiente através de uma abordagem integrada, que deverá basear-se na abordagem global da UE e promover a cooperação civil-militar, utilizando todas as formas e possibilidades de ação disponíveis num envolvimento mais coerente e holístico.

O artigo está organizado em nove capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo resume a revisão da literatura e apresenta os principais conceitos abordados. O terceiro capítulo contém os materiais e métodos utilizados na investigação. O capítulo seguinte, o quarto, apresenta a contextualização histórica do período entre as Guerras dos Balcãs (1912-1913) e a assinatura dos Acordos de Dayton, que puseram fim à guerra civil de 1992-1995. O quinto capítulo analisa as oportunidades de que a BiH poderá desfrutar com a adesão à UE e à OTAN como membro de pleno direito. O sexto capítulo identifica os atuais fatores de instabilidade e onde se encontram. No sétimo capítulo, as opções da UE para lidar com o conflito são analisadas, e, o oitavo capítulo responde à pergunta de partida, que coincide com a resposta da UE. O documento termina com algumas reflexões finais.

2. Enquadramento teórico e conceptual

Antes de abordar os desafios colocados pelas questões acima identificadas, devemos definir a expressão “ambiente seguro e estável”. O termo foi retirado da declaração da missão das forças da UE destacadas em 2004, denominada Operação ALTHEA, e que ainda está neste momento em curso. A declaração refere que a “UE destacou uma força militar robusta (EUFOR) para assegurar o cumprimento continuado do Acordo de Dayton / Paris e contribuir para um ambiente seguro e estável (SASE) na BiH” (União Europeia, 2020).

Os Princípios Orientadores para a Estabilização e Reconstrução do Instituto da Paz dos Estados Unidos (Figura 1) definem “ambiente seguro e estável” como um ambiente em que as pessoas podem viver a sua vida quotidiana sem receio de violência generalizada com motivações políticas. Mais especificamente: os combates em grande escala deverão terminar; deve existir um nível suficiente de ordem pública; as forças de segurança responsáveis devem submeter-se à autoridade legítima do Estado; e as pessoas e comunidades, bem como locais e infraestruturas importantes devem ser salvaguardados. Além disso, a liberdade de circulação deve ser assegurada, sem receio de danos desnecessários à vida humana (Instituto da Paz e Instituto de Operações de Estabilidade e Manutenção da Paz dos Estados Unidos da América, 2009).



Figura 1 –Ambiente seguro e estável

Fonte: Instituto da Paz e Instituto de Operações de Estabilidade e Manutenção da Paz dos Estados Unidos da América (2009, p. 6–38)

É necessário conceptualizar os termos “conflito” e “crise” e as definições operacionais das Nações Unidas poderão ser comparadas com o quadro estrutural da UE.

Este texto examina a doutrina de gestão de crises da União, descrevendo a sua evolução desde a Declaração de Petersberg, e abordando a Estratégia Global e as Bússola Estratégica para a Política Externa e de Segurança. Este estudo permitirá identificar possíveis soluções para situações de crise ou conflito que estejam em conformidade com os parâmetros definidos.

Samuel Huntington (2002) afirmou que, durante grande parte da existência da humanidade, os conflitos entre civilizações foram intermitentes ou inexistentes, salientando que as distinções mais importantes entre os povos no mundo pós-Guerra Fria não são ideológicas, políticas ou económicas, mas culturais, e que guerras tribais e conflitos étnicos ocorrerão mesmo dentro de sociedades civilizadas (Huntington, 2002). Se observarmos o comportamento dos três grupos étnicos² e das duas entidades³ na BiH aos quais foi imposta uma coexistência harmoniosa, podemos concluir que estas afirmações fazem sentido.

Além disso, os vários intervenientes estabelecem relações entre si, que podem ser de cooperação, de reciprocidade ou conflito, consoante os seus objetivos sejam comuns, recíprocos ou conflituosos (Fry, 2013).

² Católicos, muçulmanos e ortodoxos.

³ A Federação da Bósnia Herzegovina é uma das duas entidades do Estado da Bósnia Herzegovina, sendo a outra a Republika Srpska.

Assim, os dois primeiros tipos de relações são amigáveis e o último é conflituoso, sendo aceitável que a política respeite todos os tipos de relações, incluindo as de conflito.

Tal como descrito neste trabalho de investigação, estas declarações definem as relações entre os grupos e entidades étnicas da Bósnia.

Por outro lado, tendo em conta as posições políticas, as decisões e os projetos anunciados dos líderes da BiH, torna-se claro que estamos a lidar com o domínio da Estratégia. Esta área do conhecimento lida com a interação conflitual, em particular quando a coerção é o instrumento utilizado para resolver o problema, gerando e organizando os recursos necessários para a sua resolução, mesmo tendo em conta propósitos potencialmente opostos.

Dado que o ambiente de segurança pode deteriorar-se em consequência de conflitos ou crises, é importante definir os dois conceitos.

2.1 Conflito e crise

Antes de prosseguir, e porque argumentamos que a Estratégia (Baylis et al., 2019) lida com a interação conflitual e que a sua finalidade é garantir os fins maiores do Estado, que são o bem-estar e a segurança, podemos dizer que a estratégia tem uma relação estreita com a coerção porque é necessário anulá-la ou restringir os desígnios dos adversários que se opõem à concretização dos nossos objetivos.

Sendo assim, a Estratégia tem uma relação íntima com o conflito.

O conflito é tão antigo como o ser humano. É considerado algo intrínseco à existência da humanidade (Tidwell, 2001). A sua premissa é a natureza sociável do ser humano, que gera frequentemente em mal-entendidos ou disputas nas relações sociais, causadas por diferenças de entendimento sobre a realidade vivida ou percebida (Honneth, 1996).

Dado o papel da UE na resolução de conflitos e na gestão de crises na BiH, os conceitos a adotar devem ser definidos de forma clara para fazer face a um possível reacendimento de conflitos ou à continuação da crise.

Considerando que não há uma definição única e universalmente aceite de conflito e que este consiste na intensificação de uma divergência (que é uma condição comum para que ele ocorra), e que se caracteriza pela existência de um comportamento de conflito em que seres tentam prejudicar-se mutuamente de forma deliberada, optámos pela definição proposta por Michael Nicholson (1992).

Nicholson define o conflito como uma “atividade que ocorre quando seres conscientes (indivíduos ou grupos) pretendem concretizar atos mutuamente inconsistentes relativamente aos seus desejos, necessidades ou obrigações” (Nicholson, 1992).

Peter Wallensteen (2015) reconhece três tipos de conflitos: interestatais, internos e de formação do Estado. Os conflitos interestatais ocorrem quando há uma divergência entre Estados-nação ou quando o sistema estatal é desafiado. As guerras civis e étnicas, as lutas anti-coloniais, os movimentos separatistas e autónomos, os conflitos territoriais e as disputas pelo controlo das instituições estatais são alguns exemplos de conflitos internos e de formação do Estado (Wallensteen, 2015).

O conflito é uma situação dinâmica, em que o nível de intensidade evolui ao longo do tempo, e que passa por uma situação definida como crise que poderá escalar para a violência (conflito). O conceito de ciclo de conflito clarifica esta relação (Figura 2).

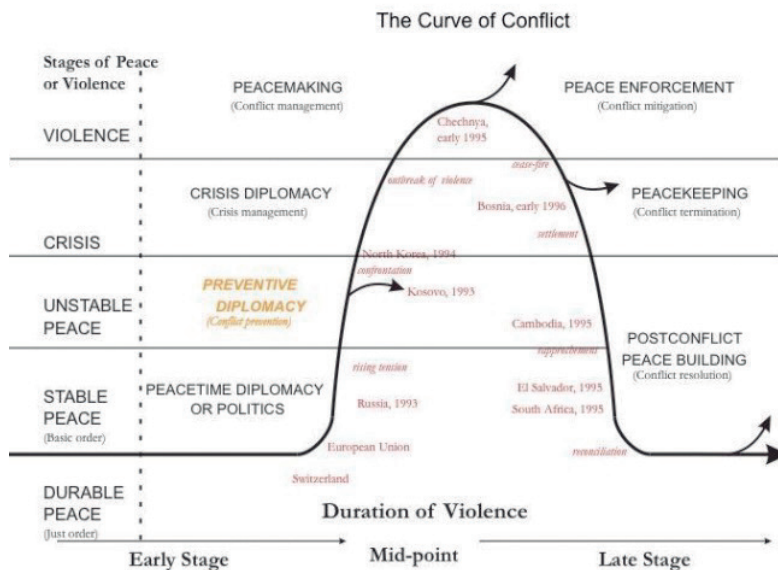


Figura 2 – Ciclo de vida de um conflito

Fonte: Lund (1996, p. 38).

A opinião generalizada dos analistas é que a prevenção de conflitos consiste em tomar medidas proativas antes que um conflito violento deflagre, idealmente durante a fase de “paz incerta” do ciclo de conflito.

A Figura 2 ilustra uma situação de crise, que inclui três condições que resultam de uma mudança no ambiente interno ou externo do Estado: a ameaça a um ou mais valores fundamentais, o reconhecimento de que há um período limitado para avaliar a ameaça identificada e uma probabilidade elevada de a situação escalar para a ação militar (Brecher & Wilkenfeld, 1997).

“Vivemos numa época de crises. Ou melhor, vivemos num tempo em que a nossa representação dominante do mundo é uma representação de crise” (Brecher & Wilkenfeld, 1997, p. 1). O termo “crise” refere-se a uma rutura, uma descontinuidade. Ou seja, o ponto a partir do qual se torna impossível manter a ordem normal. No entanto, a retórica da crise entrou de tal forma na nossa linguagem corrente que irregularidades reconhecidas são agora aceites (Brecher & Wilkenfeld, 1997).

O conceito de crise está frequentemente associado ao ambiente interno de um Estado ou a uma disputa entre Estados e é, portanto, uma questão de política interna ou externa.

Assim, uma crise é uma alteração do desenvolvimento normal das relações entre dois ou mais atores de um Estado ou da cena internacional, que inclui uma probabilidade elevada do uso da força.

Uma crise é particularmente preocupante quando emerge entre a paz e a guerra, pois poderá desencadear uma guerra se não for resolvida a tempo. A crise acarreta sempre um risco ou ameaça associados a uma situação avaliada de acordo com a informação e os valores adotados pelas entidades que a observam, podendo colocar em causa o Estado de Direito e os seus valores fundamentais (Zwitter, 2012).

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), o espectro das atividades de paz e segurança divide-se em cinco tipos de intervenção no conflito, que estão interrelacionados: prevenção de conflitos, restabelecimento da paz (Peacemaking), manutenção da paz (Peacekeeping), imposição da paz (Peace enforcement) e construção da paz (Peacebuilding) (Nações Unidas, 2008b, pp. 17-19).

O espectro de atividades das Nações Unidas em matéria de paz e segurança revela uma sobreposição de fronteiras entre a prevenção de conflitos, a pacificação, a manutenção da paz, a construção da paz e a imposição da paz, conforme se ilustra na Figura 3.

Na realidade, as operações de paz raramente se limitam a um único tipo de atividade, sejam conduzidas pelas Nações Unidas ou por atores externos às Nações Unidas.

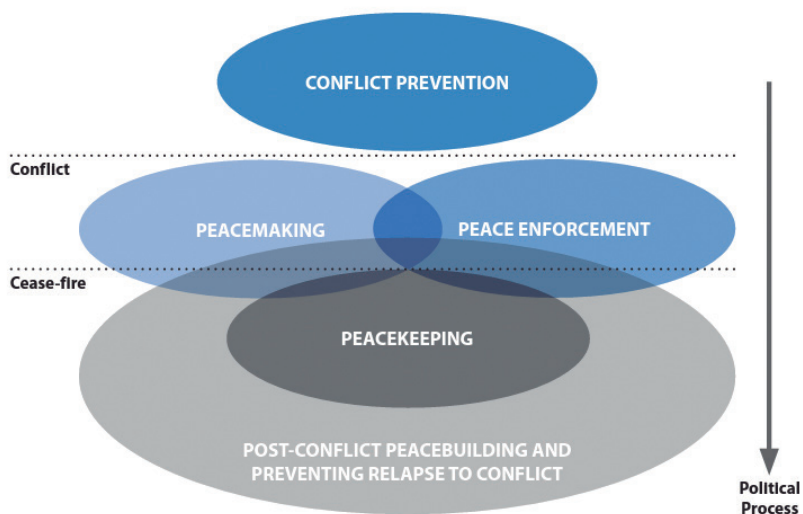


Figura 3 – Espectro de atividades de paz e segurança

Fonte: Nações Unidas (2008b, p. 19).

Além das missões de paz acima referidas, é importante mencionar que a mediação está presente em todas, em todos os momentos, como um “processo de gestão de conflitos em que as partes procuram apoio ou aceitam a oferta de ajuda de um indivíduo, grupo, Estado

ou organização para resolver uma disputa ou as suas diferenças sem recorrer à força física ou invocar a autoridade da lei” (DeRouen et al., 2011, p. 664).

Vivemos tempos de crise (social, demográfica, económica, de segurança e de defesa) e os acontecimentos na União Europeia e na sua vizinhança têm um impacto significativo nos seus cidadãos.

Para o Mecanismo de Resposta a Crises do Serviço Europeu para a Ação Externa, uma crise ou emergência é uma degradação súbita e grave da situação política, de segurança e / ou económica. Também pode ser definida como um acontecimento ou desenvolvimento num determinado país ou região que poderá prejudicar os interesses de segurança da UE ou a segurança do pessoal ou dos cidadãos da UE (Rehrl, 2021).

Além da manutenção da paz e do reforço da segurança internacional, a política da UE visa promover a democracia, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos e liberdades em todo o mundo (União Europeia, 2016a, pp. 41-42).

O conceito de gestão de crises continuou a evoluir desde o Tratado de Bruxelas, em 1948 até ao Tratado de Maastricht (1992), quando foi tomada a decisão de implementar uma Política Externa de Segurança e Defesa (PESD) que permitisse aos Estados-Membros aumentar a sua influência na esfera global de forma mais eficaz do que se agissem individualmente (União Europeia, 1992).

O Tratado de Maastricht define objetivos ambiciosos no domínio das relações externas de segurança e defesa e adota as “Missões de Petersberg” (União Europeia, n. d.). No entanto, foi apenas em 1999, devido à sequência de acontecimentos que resultou da Guerra dos Balcãs e do conflito no Kosovo, que ficou clara a necessidade urgente de definir uma política de segurança e defesa da UE. Assim, as missões foram incluídas no texto do Tratado de Amesterdão, onde ocupam um lugar de destaque (União Europeia, 1999).

O Tratado de Lisboa criou o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), que é o ramo diplomático da UE, sob a autoridade do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, com o objetivo de permitir que a União fale “a uma só voz” sobre questões de política externa (União Europeia, 2007).

Em 2016, foi aprovada a Estratégia Global da União Europeia (EUGS) (União Europeia, 2016c) e definido um novo Plano de Implementação para a Segurança e Defesa (União Europeia, 2016b).

Federica Moguerini referiu-se ainda à EUGS como “uma estratégia que se centra tanto nas capacidades militares e de combate ao terrorismo, como nas oportunidades de emprego, na inclusão nas sociedades e nos direitos humanos”, afirmando que “as fraquezas dos meus vizinhos e parceiros são as minhas fraquezas” (União Europeia, 2016c, p. 5).

Uma das prioridades consiste numa “abordagem integrada aos conflitos” (União Europeia, 2016c, p. 2) através da utilização coerente de todas as políticas à disposição da UE.

A UE deve atuar em todas as fases do ciclo de conflito, intervindo atempadamente para o prevenir, reagindo às crises com responsabilidade e determinação, investindo na estabilização e evitando a retirada prematura quando surge uma nova crise (União Europeia, 2016c).

As interrelações entre crise e conflito são significativas. De forma geral, podemos dizer que a crise e o conflito são consequência de alterações no ambiente estratégico que geram mudanças no comportamento do Estado e dos seus agentes e levam a alterações no sistema internacional (Brecher, 2018).

O objetivo das ações da UE na BiH é criar condições para a paz e segurança na Europa recorrendo a uma abordagem integrada que defenda os interesses europeus comuns.

As mudanças no ambiente estratégico influenciam o comportamento dos Estados e dos seus agentes, levando a alterações na organização do sistema internacional que despoletam crises e conflitos. A UE deve atuar em todas as fases do ciclo do conflito, investir na estabilização, responder de forma responsável e intervir atempadamente.

As atividades da UE na BiH têm como objetivo a paz e a segurança na região. No entanto, os esforços têm ficado aquém das intenções, apesar de todo o trabalho realizado na preparação de um conjunto coerente de documentos que apoiem a ação externa – desde 1948, a data em que foi assinado o Tratado de Bruxelas.

3. Metodologia e método

Este artigo foi elaborado recorrendo a um estudo de caso, baseado numa estratégia de natureza qualitativa e numa abordagem lógica dedutiva. A razão para a escolha de um estudo de caso como estratégia de pesquisa foi a necessidade de avaliar a resposta da União Europeia ao ressurgimento do conflito na BiH. Assim, foram definidas três fases metodológicas: exploratória, analítica e conclusiva.

A fase exploratória foi utilizada para a pesquisa de artigos científicos, legislação e outros documentos de apoio (Santos et al., 2019). A fase de análise baseou-se na recolha e interpretação de várias fontes de dados, incluindo artigos científicos, documentos oficiais e dados históricos.

A pesquisa de artigos científicos foi efetuada nas plataformas SCOPUS e Google Scholar. Essa escolha deveu-se ao facto de que SCOPUS é considerada a maior base de dados internacional e multidisciplinar de manuscritos revistos por pares (Rozario et al., 2021; SCOPUS, 2022).

O Google Scholar é uma ferramenta que permite efetuar pesquisas exaustivas de estudos científicos com o auxílio de pesquisas e artigos categorizados pelo Ranking Web of Universities / Highly Cited Researchers.

Consequentemente, a maioria dos resultados obtidos através do Google Scholar são fontes académicas. Se o trabalho pretendido estiver totalmente disponível online, pode ser consultado de imediato. Uma das vantagens é a poupança de tempo, pois a pesquisa nesta plataforma é consideravelmente mais célere do que noutros motores de pesquisa, que obtêm resultados de muitas fontes.

O Google Scholar pertence ao Google, um motor de pesquisa abrangente, e como tal há um inconveniente na sua utilização: por vezes, as pesquisas devolvem resultados de fontes

não acadêmicas ou mesmo incorretas ou desatualizadas (Mayr & Walter, 2007; Vine, 2006; Zientek et al., 2018). Nesses casos, foram acauteladas as devidas considerações.

Após a análise de conteúdo, a fase analítica foi dada como concluída (Mayring, 2004). Após uma leitura de todo o conteúdo (transcrições, notas de campo e documentos oficiais), esta técnica foi utilizada para identificar os conceitos e expressões mais pertinentes.

As categorias e subcategorias foram identificadas durante o processo de codificação (Hsieh & Shannon, 2005). Por essa razão, foi necessário procurar padrões nos códigos para localizar os conceitos mais pertinentes e criar um mapa que nos desse uma imagem geral dos dados.

A fase de conclusão serviu para avaliar, interpretar e discutir os dados recolhidos sobre as possíveis soluções da União Europeia para o conflito na BiH e a forma como poderá contribuir para mitigar ou eliminar conflitos na região.

4. Contextualização da Guerra da Bósnia-Herzegovina, das Guerras dos Balcãs de 1912-1913 até aos Acordos de Dayton

Para compreender a situação atual, é fundamental analisar os acontecimentos (e as suas consequências) que tiveram lugar entre as guerras dos Balcãs de 1912-1913 e a assinatura do Acordo de Dayton.

4.1 As guerras dos Balcãs de 1912-1913

As Guerras dos Balcãs de 1912-1913 envolveram conflitos entre o Império Otomano e as potências europeias, durante os quais a Bulgária, a Grécia, o Montenegro e a Sérvia procuraram obter acesso ao Mar Adriático, à BiH e à Trácia. Um acordo final entre a Bulgária e a Grécia definiu que a Bulgária manteria o controlo da Trácia e que a Macedónia do Sul ficaria sob o domínio da Grécia.

A primeira Guerra dos Balcãs deflagrou a 13 de outubro de 1912, com o ataque da Macedónia e a ocupação otomano-europeia. A Sérvia pediu a revisão dos termos do acordo, alegando que a posse da costa do Adriático lhe tinha sido negada desde o início.

Em 1913, após a assinatura um tratado entre a Grécia e a Sérvia, a Rússia atuou como mediadora entre a Liga dos Balcãs e a Bulgária, que pretendia dividir a Macedónia (Pavlowitch, 2000).

Após um mês de combates, os gregos foram obrigados a retirar para sul. A Roménia atacou, explorando o equilíbrio da Bulgária, e aproximou-se de Sófia, o que forçou a Bulgária a cessar as hostilidades contra a Grécia.

A Segunda Guerra dos Balcãs consistiu numa série de conflitos entre o Império Otomano, as nações dos Balcãs e o Império Austro-Húngaro, que terminou com a assinatura dos Tratados de Paz de Bucareste e Constantinopla em agosto e setembro de 1913, respetivamente (Pavlowitch, 2000).

4.2 A Guerra Civil 1992-1995⁴

Em 1921, a BiH passou a fazer parte do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. Em 1929, o nome oficial do reino foi mudado para Jugoslávia (Terra dos Eslavos do Sul). Em 1941, a BiH foi “dissolvida” como entidade e o seu território foi reorganizado.

Durante a Segunda Guerra Mundial, após a invasão da Jugoslávia pelas forças do Eixo, o território da Bósnia foi anexado pelo Estado Independente da Croácia, que era um “Estado fantoche de Berlim” (Ristovitch, 2014). Seguiu-se um genocídio atroz que resultou na morte da maioria dos 14.000 judeus e no massacre em grande escala dos sérvios.

A capital da Bósnia foi tomada por um exército sérvio-croata liderado por Josip Broz Tito, que instituiu um Governo Popular de ideologia comunista, que passou a controlar as instituições estatais da BiH, pondo um fim à guerra.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a BiH era parte da República Popular Federal da Jugoslávia, um país que reunia um conjunto diversificado de etnias, credos e línguas. Estimase que 164.000 sérvios, 75.000 muçulmanos e 64.000 croatas tenham sido mortos na BiH durante a guerra (Andreychuk, 2018, p. 18).

Apesar de se manter fiel à matriz comunista, Tito nunca aceitou submeter-se à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), constituindo e liderando o Movimento dos Não-Alinhados (Munro, 2023).

Após a morte de Tito, em 1980, a Jugoslávia entrou em declínio económico e, em pouco tempo, emergiram movimentos de contestação popular. Em 1989, surgiram os primeiros partidos e, pouco depois, em 1990, realizaram-se eleições na Eslovénia e na Croácia.

Após as eleições na Bósnia, foi formado um novo governo baseado numa coligação tripartida composta por bósnios (muçulmanos), croatas da Bósnia (católicos) e sérvios da Bósnia (ortodoxos).

As tensões políticas agravaram-se e os membros do Partido Democrático Sérvio acabaram por abandonar o parlamento e criar a Assembleia Nacional Sérvia em Banja Luka. Entretanto, Belgrado armava os sérvios da Bósnia, o que levou à divisão territorial.

O Presidente Izetbegovi declarou a independência da BiH a 3 de março de 1992 (International Crisis Group (ICG), 1996).

Em 7 de abril, a BiH foi reconhecida pela maioria dos países europeus e pelos Estados Unidos e o país tornou-se membro das Nações Unidas em 1992.

Aquilo que poderia ter sido um fator de unidade e convergência nacional tornou-se uma fonte de conflitos étnicos e resultaria eventualmente numa limpeza étnica (Nações Unidas, 1994, p. 33).

Os sérvios da Bósnia atacavam os bósnios, enquanto os croatas eram atacados e massacrados. Em 1994, bósnios e croatas assinaram um acordo, restando apenas duas fações em conflito.

⁴ Este capítulo é baseado em informação recolhida, compilada e utilizada pelo autor durante o período em que foi Diretor Adjunto do Centro de Operações Conjuntas no Quartel-General da EUFOR em Sarajevo, de dezembro de 2006 a junho de 2007.

Em meados de 1994, a OTAN começou a planear a retirada dos militares dos Estados membros que participavam na Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) da Bósnia, apesar dos ataques a três aviões da OTAN perto de Goražde. Em agosto de 1994, os sérvios intensificaram o cerco a Sarajevo e cortaram a distribuição de gás natural à cidade. Adicionalmente, funcionários da ONU confirmaram que a limpeza étnica levada a cabo pelos sérvios também se estava a intensificar (Nações Unidas, 1994, p. 34).

No início de 1995, entrou em vigor um cessar-fogo de quatro meses negociado pelo antigo Presidente dos EUA Jimmy Carter.

Foi ordenado aos sérvios que se rendessem às tropas da ONU e retirassem as armas pesadas, mas a ordem foi ignorada. A consequência foi um ataque da OTAN a um depósito de munições sérvio, ataques a áreas de segurança muçulmanas e a tomada de reféns entre os funcionários da ONU.

Em abril de 1995, os sérvios reforçaram o cerco a Sarajevo e começaram a atacar e a intimidar deliberadamente as tropas da FORPRONU com mais frequência. No início de julho, os sérvios executaram ataques na zona protegida pela ONU (UNPA) de Srebrenica e cercaram outra UNPA, a aldeia de Žepa⁵.

Em julho de 1995, Fikred Abdić declarou-se presidente da “República Independente da Bósnia Ocidental”. Em agosto, um morteiro proveniente do lado sérvio matou 37 civis em Sarajevo. A maioria dos sérvios de Krajina (Rieff, 1995) entrou na Sérvia através da Bósnia, tendo se instalado na região de Voivodina e no Kosovo.

A campanha aérea da OTAN contra as violações da resolução da ONU durou 15 dias e resultou na assinatura de um acordo em Genebra pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da Bósnia, da Croácia, da Sérvia e do Montenegro, que estabeleceu a BiH como uma entidade jurídica com relações paralelas com os países vizinhos.

Richard Holbrooke, o enviado especial dos EUA, reuniu com o Presidente Slobodan Milošević para negociar “condições para o cessar das hostilidades”. Um cessar-fogo generalizado teve início a 10 de outubro de 1995.

4.3 Planos de paz para a Bósnia Herzegovina

Antes dos Acordos de Dayton de 1995, os diplomatas da ONU e da Comunidade Europeia (CEE) propuseram quatro planos de paz para resolver o conflito na BiH:

O Plano Carrington-Cutileiro, o Plano Vance-Owen, o Plano Owen-Stoltenberg e o Plano do Grupo de Contacto e, finalmente, os Acordos de Dayton.

O Plano Carrington-Cutileiro (Cutileiro & Carrington, 1992), que ficou conhecido pelo nome dos seus autores, Lord Carrington e o embaixador português José Cutileiro, surgiu na Conferência de Paz da Comunidade Europeia de fevereiro de 1992, realizada na tentativa de evitar que a BiH resvasse para a guerra. O texto do plano propunha a partilha do poder

⁵ O TPIJ instaurou um novo processo contra Radovan Karadžić e o General Ratko Mladić por crimes contra a humanidade, que incluem o massacre de cerca de 6.000 bósnios durante a captura de Srebrenica.

étnico a todos os níveis administrativos e a devolução do governo central às comunidades étnicas locais.

Adicionalmente, todas as províncias da BiH seriam classificadas como muçulmanas, sérvias ou croatas, mesmo nos casos em que não existia uma maioria étnica evidente. Em 11 de março de 1992, a Assembleia da República da BiH rejeitou o plano por unanimidade e propôs um mapa que reivindicava quase dois terços do território da Bósnia e que incluía diversas cidades divididas etnicamente e vários enclaves isolados.

O acordo foi assinado a 18 de março de 1992 pelas três partes em conflito: Alija Izetbegović pelos bósnios, Radovan Karadžić pelos sérvios e Mate Boban pelos croatas. No entanto, a 28 de março de 1992, em Sarajevo, após um encontro com Warren Zimmermann, que à data era o embaixador dos EUA na Jugoslávia, Izetbegović retirou a sua assinatura e declarou que se opunha a qualquer tipo de divisão da Bósnia;

A implementação do Plano de Paz Vance-Owen (Vance & Owen, 1993) foi iniciada quando Cyrus Vance, o enviado especial da ONU, e Lord Owen, o representante da CEE, começaram a negociar uma proposta de paz com os líderes das fações bósnias no início de janeiro de 1993. A proposta, que foi apoiada pela ONU e que ficou conhecida com o Plano de Paz Vance-Owen, incluía a divisão da Bósnia em dez regiões semi-autónomas.

Radovan Karadžić, o presidente da Republika Srpska (RS) (Wagener, 2023), assinou o plano a 30 de abril. No entanto, este foi rejeitado pela Assembleia Nacional Sérvia da Bósnia a 6 de maio e, mais tarde, contra-assinado. O plano foi rejeitado por 96% dos eleitores, embora o referendo tenha sido descrito pelos mediadores como uma farsa.

Em 20 de agosto de 1993, o Plano Owen-Stoltenberg (Owen & Stoltenberg, 1993), que recebeu o nome dos mediadores da ONU Thorvald Stoltenberg e David Owen, propôs um mapa que dividiria a Bósnia em três mini-estados étnicos.

De acordo com o plano, as forças sérvias da Bósnia receberiam 52% do território da BiH, os muçulmanos teriam direito a 30% e os restantes 18% seriam atribuídos aos croatas da Bósnia. Em 29 de agosto de 1993, os bósnios rejeitaram o plano, que nunca chegou a ser assinado.

O Plano do Grupo de Contacto (Leigh-Phippard, 1998). Entre fevereiro e outubro de 1994, houve uma nova tentativa de acordo levada a cabo por um grupo de diplomatas dos EUA, Rússia, França, Reino Unido e Alemanha (Schwegmann, 2000). Os resultados alcançados pelo Grupo permitiram avançar para uma solução negociada para o conflito na BiH. Não obstante, o acordo acabou por ser rejeitado através de um referendo realizado a 28 de agosto de 1994.

Na sequência da rejeição por parte dos grupos étnicos de compromissos que influenciassem as suas reivindicações, de 1 a 20 de novembro de 1995, foram iniciadas novas conversações de paz na Base da Força Aérea de Wright-Patterson, Dayton, Ohio, EUA.

O Acordo-Quadro Geral para a Paz na BiH foi formalmente assinado em Paris a 14 de dezembro de 1995 (GFAP, 1995).

Como consequência do Acordo de Dayton, o país foi dividido em duas entidades: a Federação da BiH e a RS.

Em 20 de dezembro de 1995, todas as forças da UNPROFOR que ainda estavam destacadas no país foram transferidas para o comando da OTAN – a Força de Implementação (IFOR) – ou retiradas. Cerca de 60.000 militares dos 16 países da OTAN e de 16 países externos à OTAN estiveram presentes durante a execução da operação Joint Endeavor, que durou até meados de fevereiro de 1996.

O Acordo de Dayton estabeleceu a Federação Bósnia / Croata da BiH e a República Sérvia da Bósnia e um segundo nível de governo para os governos da Federação e da RS. Foi ainda criado o Gabinete do Alto Representante das Nações Unidas (GAR) para supervisionar os aspetos civis do acordo.

4.4 A aplicação do Acordo de Dayton

Em 1995-96, uma força internacional de manutenção da paz (IFOR) liderada pela OTAN, com 60.000 militares, foi destacada na Bósnia, com a missão de implementar e monitorizar os aspetos militares do acordo.

A IFOR foi substituída por uma Força de Estabilização (SFOR) com um efetivo menor, comandada pela OTAN e com a missão de impedir o retomar das hostilidades e assegurar a estabilização da paz, tal como definido na Operação Joint Forge.

Em dezembro de 2004, as tropas de manutenção da paz da União Europeia EUFOR substituíram a SFOR. A missão, que empenhou 2.500 militares, visava manter a paz e a estabilidade no país, enquanto a OTAN apoiava a reforma do setor da defesa e a operações de combate ao terrorismo. Apesar da assistência internacional, a economia manteve-se caótica, com níveis de desemprego elevados. Recorrendo a projetos financiados pelo Banco Mundial, as infraestruturas foram reconstruídas e foram implementadas reformas políticas e económicas.

5. O caminho para a UE e a OTAN

Com a adesão à UE, a BiH teria acesso ao principal mercado único do mundo, a assistência financeira e apoio ao desenvolvimento e ao desenvolvimento sustentável, bem como à liberdade dos seus cidadãos para viverem, estudarem ou trabalharem em qualquer lugar, estabilizando o Estado e a região.

A BiH tenciona aumentar o apoio da OTAN às reformas democráticas, institucionais e do setor da segurança, focando-se no desenvolvimento de forças armadas altamente profissionais alinhadas com os valores nacionais.

Ao declarar a intenção de aderir à União Europeia e de se tornar membro da OTAN, a BiH demonstrou a sua determinação em ser um país soberano.

5.1 A intenção da Bósnia Herzegovina de integrar a UE

Com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida aos seus cidadãos, a BiH declarou a intenção de se candidatar à adesão à UE, embora a integração interna do país continuasse a deparar-se com vários problemas. Apesar do risco mínimo do regresso à violência, mantinha-se o impasse entre a Federação e a RS. O desacordo relativamente à

elaboração de uma nova constituição, que incluía a contestação das disposições referentes a uma força policial comum, continuava a resistir à resolução.

O Alto Representante das Nações Unidas manteve-se em funções apesar de várias tentativas de extinguir o cargo e de transferir as suas funções consultivas para um gabinete da UE. Subjacentes a todas estas dificuldades estão as relações conturbadas entre bósnios e sérvios da Bósnia.

As exigências dos respetivos líderes, que envolviam criar uma federação com um pequeno número de poderes centrais em Sarajevo e uma confederação flexível que permitisse o direito de secessão, não eram consensuais. Esta discordância frustrou diversas tentativas de redigir uma nova constituição (GFAP, 1995) que substituísse o Acordo de Dayton.

Em 2013, o Parlamento da BiH viu o seu trabalho dificultado pelas tentativas de reforma do governo e por manifestações populares em Sarajevo. Ainda no mesmo ano, a rutura da aliança entre os dois principais partidos sérvios da Bósnia – a Aliança dos Sociais-Democratas Independentes (SNSD) e o Partido Democrático Sérvio (SDS) – comprometeu ainda mais o equilíbrio precário das agendas de base étnica do governo.

No seu relatório anual, a Comissão Europeia advertiu que o processo de tomada de decisão da Bósnia colocava entraves aos esforços do país no processo de adesão à UE.

Em 15 de fevereiro de 2016, a BiH submeteu o pedido oficial de adesão à UE. Embora fosse expectável que a adesão plena não se viesse a concretizar na década seguinte, a mudança assinalou o compromisso do país com as reformas económicas e políticas e uma maior integração com os outros países europeus (Lampe et al., 2023).

As relações entre a BiH e a União Europeia baseiam-se no facto de a UE ser o seu maior parceiro comercial, bem como um fornecedor de segurança. Em 2020, 60,6% das importações do país provinham da UE, enquanto 72,3% das suas exportações se destinavam à UE. Cerca de dois terços do IED do país têm origem em países da UE. Além disso, a União Europeia continua a apoiar a aplicação do Acordo-Quadro Geral para a Paz assinado em Dayton / Paris em 1995.

A UE planeia manter ou eventualmente aumentar o seu apoio às Forças Armadas da BiH (FABeH). O plano consiste em usar a medida de assistência anunciada em novembro de 2021, no valor de 10 milhões de dólares destinados ao batalhão de desminagem das FABeH, uma medida de assistência no valor de 6 milhões de dólares destinados à Task Force Médica dos Balcãs (BMTF), anunciada em junho de 2022, e o apoio contínuo da EUFOR Althea às Forças Armadas da BiH, incluindo na sua formação e treino.

O objetivo das medidas de assistência é criar as condições necessárias para que a BiH possa cumprir as 14 prioridades fundamentais para se tornar membro, tal como definido pelo Conselho a 10 de dezembro de 2019 (União Europeia, 2019).

5.2 A ligação entre a Bósnia Herzegovina e a OTAN

Em 2007, no sentido de continuar os esforços para manter a paz, a segurança e a estabilidade no país e na região, a OTAN aceitou a inclusão da BiH no programa da Parceria para a Paz (PpP) e, em 2010, o país foi convidado a integrar o Plano de Ação para a adesão à OTAN (Plano de Ação para a Adesão à OTAN).

A OTAN mantém um quartel-general em Sarajevo que apoia a Bósnia no programa da PpP, promove uma maior integração com esta organização e providencia apoio logístico às forças da UE no país.

A Bósnia pretende aderir à OTAN, pois deseja a estabilidade e o apoio que esta lhe poderá proporcionar para efetuar as reformas necessárias – democráticas, institucionais, do setor da segurança e da defesa – e reconhece que a OTAN é o maior “guarda-chuva” de segurança e defesa da Europa enquanto continente, e da UE enquanto principal garante da paz e da prosperidade desde a Segunda Guerra Mundial.

A OTAN quer desempenhar o seu papel original, que é o de contrariar a expansão da influência russa na Europa Ocidental, utilizando um país dos Balcãs como porta de entrada. Desta forma, regressa ao objetivo principal da sua criação: preservar a liberdade e a segurança de toda a Europa, evitando um colapso generalizado.

Para a OTAN, a candidatura da BiH e, caso seja aceite, a sua adesão como membro de pleno direito, permite-lhe alcançar outro objetivo, que é o de evitar que a Rússia adquira mais poder e influência no país e nos Balcãs em geral, impedindo-a de aumentar a sua vantagem através da Sérvia.

A dinâmica da inclusão dos Balcãs Ocidentais na UE é vista como complementar à integração atlântica (OTAN), que foi considerada um pré-requisito para a integração na UE. Até à data, foi o caminho seguido por todos os países dos Balcãs Ocidentais. Como tal, o apoio à integração na OTAN refletia o facto de que esse era o primeiro plano para alcançar o objetivo final, a integração na UE.

6. Fatores de instabilidade atuais (consequências da guerra de 1992-1995)

Este capítulo apresenta as causas da atual instabilidade na BiH. Para as determinar, foi as motivações da instabilidade social e política sentida atualmente foram analisadas, bem as implicações da intervenção de entidades externas (países ou organizações) que, de acordo com o ciclo do conflito, podem ser consideradas catalisadores específicos.

Na nossa perspetiva, a instabilidade deve-se a vários fatores que advêm maioritariamente das consequências da guerra de 1992-1995.

6.1 Identificação da instabilidade

Cerca de 20 anos após a implementação dos Acordos de Dayton, a BiH continua a ter no seu território forças da comunidade internacional, nomeadamente da UE, sob o mandato das Nações Unidas (Nações Unidas, 2021a).

Recentemente, numa reunião de 29 de junho de 2021, o Conselho de Segurança das Nações Unidas analisou a situação na BiH. Hervé Lecoq, o diretor da Divisão da Europa e Ásia Central do Departamento de Operações de Apoio à Paz, expressou a sua preocupação com a situação no país. Os aspetos preocupantes referiam-se à consolidação da paz e da reconciliação face à emergência de discursos de ódio e revisionistas e da glorificação de indivíduos condenados por crimes de guerra, apesar do progresso alcançado em algumas áreas.

Christian Schmidt, que tinha sido recentemente nomeado Alto Representante para a BiH, também participou oficialmente na reunião, apesar da RS ter enviado um documento solicitando o encerramento do gabinete deste Alto Representante no país (Nações Unidas, 2021a). A resposta foi que o gabinete será encerrado quando a BiH atingir os objetivos da “Agenda 5+2” definidos pelo Alto Representante e aprovados pelo Conselho de Direção do Conselho de Implementação da Paz (PIC SB) (Nações Unidas, 2008a).

Num relatório enviado ao Conselho, Christian Schmidt afirma que o país enfrenta a maior ameaça do pós-guerra, uma vez que há o perigo iminente de se dividir e uma perspectiva muito real do regresso ao conflito. O Resumo na página 1 afirma explicitamente:

“As violações persistentes e graves dos fundamentos do Acordo-Quadro Geral para a Paz (GFAP) por parte das autoridades da entidade Republika Srpska (RS), que estão sob o comando do maior partido da RS, a Aliança para os Sociais-Democratas Independentes (SNSD) liderada pelo membro da Presidência da BiH Milorad Dodik, não só põem em perigo a paz e a estabilidade do país e da região – se não houver uma resposta da comunidade internacional –, como podem levar à anulação do próprio Acordo” (Nações Unidas, 2021b, p. 1).

De acordo com o documento, se a ameaça se concretizar, Dodik tenciona redigir uma nova constituição para a RS, rejeitando todas as “decisões e outras leis ilegalmente impostas pelos Altos Representantes”. Na prática, isto implicaria “recriar” o seu exército, o que levaria à divisão das forças armadas nacionais e à ocupação pelos seus militares das instalações atualmente em uso pelas Forças Armadas da BiH (FAB H), juntamente com a saída do tribunal superior e da administração fiscal, que são pilares fundamentais do país (defesa, sistema judicial e fiscal).

Em dezembro de 2021, o parlamento da República Sérvia Autônoma da Bósnia votou a favor (com 48 votos num total de 83 lugares) de iniciar a retirada das instituições da FAB H, do sistema judicial e do sistema fiscal, rompendo todos os laços com a Bósnia, através de uma moção não vinculativa destinada a abrir caminho à secessão (Sito-sucic, 2021).

Ainda no Resumo na página 1, o relatório refere que este comportamento acaba por concretizar a secessão sem a proclamar, uma vez que a retirada unilateral de qualquer entidade das instituições do Estado levaria ao colapso dessas instituições e comprometeria a capacidade do Estado para funcionar e cumprir as suas responsabilidades constitucionais.

Dodik continua a afirmar que não há guerra, que não haverá guerra, e não levanta sequer essa possibilidade, reiterando que os dirigentes sérvios não tencionam tomar uma ação militar (Sito-Sucic, 2021) e que, mesmo no caso de sanções ocidentais, contará sempre com o apoio da China e a Rússia (Boffey, 2021). Dodik critica igualmente as decisões tomadas pelo Alto Representante, que considera serem “decisões tomadas por estrangeiros não eleitos” (Guimarães, 2021).

Por seu lado, os restantes membros da Presidência apelaram à garantia da proteção constitucional, à estabilidade e ao cumprimento dos acordos e compromissos assumidos.

Mais tarde, em outubro de 2021, em Banja Luka, milhares de pessoas manifestaram-se contra o Governo, acusando o partido de Milorad Dodik de corrupção na aquisição de equipamento destinado ao combate contra a pandemia da COVID-19 (Higgins, 2022).

Pelo que é descrito acima, a ausência de um conflito armado e a obediência aos Acordos de Dayton parecem configurar aquilo a que Johan Galtung chama uma situação de paz negativa, uma vez que não há guerra ou conflito quando o objetivo é alcançar uma paz positiva (Galtung, 1967).

Não nos devemos esquecer que, após o fim das guerras dos Balcãs de 1912-1913, a Sérvia continuou a reivindicar o território que lhe foi “tomado à revelia dos seus interesses” pelos outros países da Liga dos Balcãs. O massacre em grande escala de croatas e muçulmanos pelos sérvios durante a Segunda Guerra Mundial, bem como o facto de que um dos objetivos da guerra civil era criar a “Grande Sérvia” nos territórios onde este grupo étnico era maioritário foram alguns dos argumentos utilizados para justificar a reivindicação.

Além disso, a assinatura dos Acordos de Dayton impôs a presença de forças estrangeiras. Hoje, estas forças ainda mantêm uma presença residual no território. A constituição deveria permanecer em vigor apenas até que uma “Lei Fundamental” adequada fosse definida, votada e implementada, o que ainda não sucedeu. Além disso, como representante máximo da comunidade internacional, o Alto Representante das Nações Unidas monitoriza atentamente a ação da presidência tripartida.

Merece igual destaque o relatório de 19 de dezembro de 2021 do Embaixador Johann Sattler, que acumula o cargo de Chefe da Delegação da União Europeia e de Representante Especial da União Europeia na BiH (REUE). O relatório revela que a BiH está ainda numa fase inicial da reforma da administração pública e do sistema judicial, fruto do fraco desempenho e do descrédito destas instituições. Como consequência, há uma falta de motivação por parte dos cidadãos e um aumento da corrupção e da criminalidade organizada, uma vez que a polícia é vulnerável à influência do poder político e a liberdade de expressão e de reunião não está garantida, particularmente na RS, onde os ativistas são alvo de perseguições e processos judiciais (União Europeia, 2021c).

No relatório de 22 de dezembro de 2021, o EUSR afirma que Milorad Dodik informou o Comissário Europeu para a Vizinhança e o Alargamento Olivér Várhelyi que tencionava convocar uma sessão do Parlamento da RS para iniciar o processo de redução das competências do Parlamento nacional no que diz respeito à República.

O Comissário Várhelyi respondeu que, se os planos do membro sérvio-bósnio da presidência tripartida se concretizassem, isso constituiria um desvio e um retrocesso no processo de adesão à UE, com todas as implicações que isso acarretaria, e que “a UE está totalmente empenhada na integridade territorial e na soberania da BiH e rejeita qualquer proposta que possa comprometer o quadro constitucional da BiH” (União Europeia, 2021d).

Recentemente, a guerra na Ucrânia levou os nacionalistas sérvios da Bósnia a adiar os planos para retirar a sua região das instituições nacionais da Bósnia e a decidir não implementar as decisões de dezembro de 2021, como afirmou o seu líder Milorad Dodik a 6 de junho (Reuters, 2022).

Apesar disso, a 27 de fevereiro, Dodik, na qualidade de Presidente da RS, rejeitou um decreto emitido pela Assembleia Nacional da BiH, que suspendia uma lei aprovada pela Assembleia Nacional da RS que estabelecia o direito da RS a certas propriedades utilizadas pelas autoridades públicas da RS, acrescentando que a que a RS se separaria da BiH se a legislação fosse alterada (Nações Unidas, 2023).

Nas eleições presidenciais de 2 de outubro de 2022, os eleitores da Federação elegeram Denis Bećirović, um bósnio, e reelegeram Željko Komšić, um croata, enquanto os eleitores da República Srpska elegeram Željka Cvijanović, um sérvio (Nações Unidas, 2022).

O Alto Representante Christian Schmidt sublinhou a importância de ser constituído rapidamente um governo e de se realizarem as principais reformas necessárias para que a BiH possa obter o estatuto de candidato à UE e avançar com a sua integração euro-atlântica (Nações Unidas, 2022).

Mais recentemente, em maio deste ano, durante uma visita de trabalho à Croácia, Denis Bećirović, o Membro da Presidência da BiH, declarou: “Vim à Croácia, em primeiro lugar e acima de tudo, para trazer mensagem de que é o momento de relaxar e melhorar os laços bilaterais entre os nossos dois países” (Gabinete do Presidente da República da Croácia, 2023).

As causas da instabilidade na BiH estão relacionadas com a paz imposta pelos Acordos de Dayton e com a presença de grupos étnicos governados por uma presidência tripartida problemática, que raramente gera consensos, não obstante a memória distante dos Balcãs e das guerras mundiais.

O ciclo do conflito é desencadeado por vários fatores, que incluem a ambição de afirmação pessoal e política do Presidente sérvio Milorad Dodik e as disputas pelo espaço geoestratégico dos Balcãs protagonizadas pela Rússia e pela China.

As eleições de 2022 ditaram a saída de Dodik da presidência tripartida (apesar de este ter sido eleito presidente da RS) e trouxeram a esperança de paz e estabilidade.

Não obstante ter deixado a presidência tripartida da BiH, a instabilidade criada por Dodik e os seus apoiantes irá colocar em causa o Acordo de Paz de Dayton e o Estado da BiH.

Ao afirmar que os seus eleitores desejam a independência e a secessão da RS da BiH, Dodik está a desestabilizar o país e a região e a impedir que este avance no caminho de adesão à UE, pondo em risco a segurança e a estabilidade da região e criando as condições para o regresso de conflitos interétnicos.

A minha análise é que a UE deve intervir ativamente no sentido de persuadir a BiH a preservar um ambiente seguro e estável.

7. As opções da União Europeia

Tendo em conta o enquadramento conceptual acima descrito e a conjuntura atual, bem como os antecedentes e catalisadores gerais e específicos identificados, torna-se necessário analisar as opções à disposição da UE para reduzir e eliminar as fontes de conflito que ameaçam comprometer o acordo de Dayton e a estabilidade social, política e, conseqüentemente, a estabilidade económica da BiH.

Nas palavras do Comissário Europeu para a Vizinhança e o Alargamento Olivér Várhelyi, “a política de alargamento é um investimento geoestratégico na paz, na estabilidade, na segurança e no crescimento económico do continente europeu” (União Europeia, 2022).

Este alargamento só se concretizará se os candidatos à UE aceitarem e cumprirem os requisitos acordados, algo que a Comissão encarregue de acompanhar o pedido de adesão da BiH à UE afirma que a Bósnia não está a fazer.

Esta informação foi retirada do parecer da Comissão sobre o pedido de adesão da BiH à UE, segundo o qual “atualmente, a BiH não cumpre de forma satisfatória os critérios políticos de Copenhaga e deve desenvolver esforços significativos para reforçar as suas instituições e garantir a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos, o respeito pelas minorias e a sua proteção” (União Europeia, 2022).

Assim, consideramos que, para impor o cumprimento das condições do Acordo de Dayton e os requisitos para a admissão como Estado-Membro, a UE poderá adotar uma de três abordagens para mitigar a deterioração da estabilidade política, social e económica identificada ou prevista na BiH em termos de segurança e defesa: a opção diplomática, a opção económica e a opção militar (no âmbito da PCSD).

7.1 A opção política / diplomática

No seu discurso durante uma visita oficial à BiH, a Presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen afirmou que o país “pertence à União Europeia”, sendo uma causa de interesse comum e um destino partilhado, e exortou o governo a construir a “ponte da reconciliação” em nome das vítimas da guerra e dos jovens, colocando os interesses das pessoas em primeiro lugar.

Para que o processo de candidatura avance, os dirigentes do país têm de continuar o processo de reforma do sistema eleitoral e da Constituição e, acima de tudo, conceder um estatuto de igualdade a todos os cidadãos da BiH: “esta é a chave para que o país concretize as suas aspirações europeias” (União Europeia, 2021b).

A posição do EUSR é que as autoridades bósnias devem cumprir os acordos e a garantir a estabilidade, a igualdade de tratamento, o desenvolvimento sustentável e o combate à corrupção e à criminalidade organizada, focando a sua ação diplomática no processo de adesão à UE.

Esta opção está alinhada com a EUGS e é aplicada em todas as situações, tendo motivado a recomendação do atual chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, que declarou, numa conferência de imprensa: “Encorajo a BiH a intensificar o alinhamento com as decisões externas e a segurança da UE. (...) Lamento que esse alinhamento tenha diminuído nos primeiros meses deste ano. Não está seguramente em sintonia com as aspirações de se tornar um país candidato à União Europeia” (União Europeia, 2021a).

Além disso, não convém esquecer é que devem ser tomadas medidas também a nível político / diplomático para que a BiH continue alinhada com os princípios e valores da UE, apesar das influências da Rússia e da China.

Na prática, é um facto conhecido que a China tenciona estabelecer uma presença na Península Balcânica para expandir o seu “colar de pérolas” (Jie & Wallace, 2021). Para esse

fim, tem iniciado vários projetos, um dos quais inclui o apoio à construção de um complexo hidroelétrico na região de Foča, a 80 km a sudeste de Sarajevo, com um orçamento de 103 milhões de euros (Huaxia, 2021).

Por seu lado, a Rússia tem uma ligação histórica à região e ao país dos “povos eslavos do sul” (a Jugoslávia) e, em particular, à RS, o que lhe permite criar as condições necessárias para garantir um porto nas “águas quentes do Mediterrâneo”. Outro fator de aproximação à Rússia é a sua “relação afetiva” com a Sérvia, que recentemente recebeu armamento da Rússia, sendo de destacar os mísseis anti-tanque “Kornet” (Klimentyev, 2022) que, em caso de escalada do conflito, têm a capacidade de atravessar a fronteira.

Outro argumento da Rússia que confirma a sua oposição à adesão da BiH à UE e à OTAN foi o invocado pelo embaixador russo em Sarajevo, Igor Kalabijov, que ameaçou seguir o exemplo ucraniano ao afirmar que, caso Sarajevo tome a decisão de aderir à OTAN, Moscovo considerará esse ato um “ataque de ameaça” (DN/LUSA, 2022).

Outro interveniente a ter em conta são os EUA, que foram um dos primeiros países a reconhecer a independência da BiH, tendo iniciado relações diplomáticas com o país em 1992, e que sempre apoiaram a implementação dos acordos de Dayton na BiH (e participaram ativamente no processo de paz que a precedeu).

A sua posição, publicada na Política Externa, é que devem ser preservadas a integridade territorial e a soberania do país, bem como a sua integração europeia (Tamkin, 2018).

Fruto desta posição, os EUA ganharam considerável credibilidade na BiH, tanto pelo papel que desempenharam no processo de paz como durante as fases iniciais da sua implementação. Por esta razão, têm enviando diplomatas para o país na tentativa de aliviar a pressão, reiterando o seu apoio à integridade territorial e às instituições centrais do país.

7.2 A opção económica

Do ponto de vista económico, a BiH tem uma dependência significativa da comunidade internacional. O país recebe uma quantidade considerável de fundos da UE (cerca de 530 milhões de euros entre 2014 e 2020) para apoiar sectores-chave, sendo que a maior parte deste valor se destina a garantir o Estado de direito e os direitos fundamentais.

Relativamente ao comércio, 72% dos produtos originários da BiH são exportados para a UE e 61% das suas importações são da UE, o que torna a União o seu maior parceiro comercial. Desde 1999, a UE já concedeu empréstimos ao país no valor 2,4 mil milhões de euros (União Europeia, 2023b).

Entretanto, através da Ministra dos Negócios Estrangeiros alemã Annalena Baerbock, a Alemanha sugeriu a aplicação de sanções a Milorad Dodik, por considerar que a tentativa de secessão é inaceitável e que a situação na BiH é preocupante.

Embora esta posição tenha sido expressa numa reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE, nada foi decidido a esse respeito, uma vez que a medida exige uma unanimidade que não está garantida, já que a Eslovénia e a Hungria bloquearam a proposta (Zawada, 2021).

Outra potência que tem investido consideravelmente na economia da BiH são os EUA. Em 2020, o país fez um investimento direto de 10 milhões de dólares americanos e investiu o mesmo valor em 2021 (Gabinete de Análise Económica dos EUA, 2022).

Também aqui já começaram a surgir posições relativamente firmes, como a imposição de medidas punitivas pelo Departamento do Tesouro americano, como o congelamento de bens e a proibição de viajar imposta a Dodik. Se o líder sérvio-bósnio não alterar a sua postura, que ameaça enfraquecer o Estado central, poderão ser adotadas outras medidas (Departamento do Tesouro dos EUA, 2022).

Em resposta a estas decisões e a outras que foram entretanto tomadas, Dodik já afirmou que “os seus amigos chineses e russos” estão disponíveis para prestar toda o auxílio que for entendido como necessário (Boffey, 2021), numa clara postura de desafio à comunidade internacional ocidental.

7.3 A opção militar (no âmbito da PCSD)

Com base nas declarações do AR da BiH Christian Schmidt, a EUFOR, que tem um efetivo de aproximadamente 1.100 soldados, é seguramente a chave para a estabilidade do país. É necessário ter em conta que, caso se verifique a saída dos sérvios da Bósnia da FAB H e o agravamento da instabilidade, a sua missão deve ser alargada (em termos de missões e de pessoal) (Nações Unidas, 2021b).

Dado o que já foi referido sobre a EUGS e a Abordagem Integrada, concluímos que a presença de uma força da UE que atua sob o mandato das Nações Unidas, ou seja, a EUFOR, é um fator eficaz de dissuasão da escalada do conflito.

A EUFOR está presente na BiH desde 2004 com a missão ALTHEA, que constitui “o contributo militar da União Europeia para a estabilização e integração da BiH na família das Nações Europeias”. O seu mandato tem duas vertentes, uma executiva e outra não executiva.

A vertente executiva decorre da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas acima referida (que apoia as autoridades da BiH na manutenção de um ambiente seguro) (Nações Unidas, 2021a). A vertente não executiva (que dá apoio à formação coletiva e combinada das FAB H) é executada em conformidade com as disposições do Acordo de Dayton e o seu objetivo é tornar a BiH um “fornecedor de segurança” em vez de um “consumidor de segurança” (União Europeia, 2023a).

A afirmação do AR relativamente a um prolongamento da missão EUFOR afigura-se muito pouco provável. A principal justificação para este facto baseia-se no processo decisório da União, que requer unanimidade para que uma proposta seja implementada, e no apoio evidente e já expresso da Hungria a Dodik, associado à relutância dos outros Estados-Membros em aumentar a sua presença.

Por outro lado, não se considera que estejam reunidas as condições para o regresso de uma força da OTAN em colaboração com a UE, uma vez que esta teria a oposição da Turquia, que tem demonstrado estar alinhada com a Rússia no apoio a Dodik.

8. A resposta da União Europeia

A UE tem tido um papel significativo na promoção de um ambiente seguro e estável na BiH. Desde o fim do conflito armado nos Balcãs na década de 1990, a UE tem sido um dos principais intervenientes no processo de paz e estabilização da região.

Considerando que a estratégia de uma entidade política se baseia em interesses e que a manutenção da paz na Europa é do interesse da UE, esta tem três opções à sua disposição para garantir a segurança de todos os cidadãos da BiH, continuar o desenvolvimento sustentável e fazer face à crise que assola o país.

A primeira é a opção diplomática, que tem sido utilizada desde o início e que foi reforçada pela atuação mais visível do EUSR, o Alto Representante da ONU, com a visita do Presidente da Comissão Europeia e as declarações do Alto Representante da UE para as Relações Externas.

Tendo em conta a postura e a dependência económica da BiH em relação à UE, foi ainda identificada uma opção económica que, sendo implementada consistentemente, terá um impacto imediato nos cidadãos, nas suas condições de vida e no seu poder de compra, que já tinham sido afetados pela pandemia de COVID-19. Outro fator importante, embora de forma distinta, é a aplicação de sanções ao líder sérvio da Bósnia com o intuito de o forçar a pôr fim ao ímpeto secessionista que ameaça comprometer a união do país constituído por duas entidades e o cumprimento do Acordo de Dayton.

A terceira é a opção militar, que implica a manutenção da missão EUFOR no território como fator de dissuasão e garante do cumprimento permanente dos Acordos de Dayton. Esta presença contribui para um ambiente seguro e estável no país, tal como ditado pelo seu mandato, e para o cumprimento das missões essenciais do Plano de Implementação da Missão do GAR e do Processo de Estabilização e Associação (PEA).

Esta opção poderá ser tomada prolongando a missão ou até com a participação de forças da OTAN no apoio à formação das FAB H e à sua adaptação aos padrões da OTAN.

Assim, é relevante analisar a aplicabilidade das opções à disposição da UE no contexto descrito e vivido na BiH.

É imperativo ter em conta que a opção político-diplomática está e estará sempre presente, em todos os momentos, para garantir que o país cumpre as condições para interagir com os seus pares na comunidade internacional. O objetivo principal é que seja dado aconselhamento atempado e oportuno aos líderes nacionais para que não sejam tomadas posições extremistas, seja por razões políticas, nacionalistas ou individuais, incentivando a negociação e a tomada de decisões consensuais e razoáveis.

Ainda neste contexto, deve ser equacionada a alteração dos equilíbrios geoestratégicos e prestado aconselhamento no momento certo para que não ocorram desvios que ponham em causa o processo de adesão à UE e à OTAN, desvios esses que poderão resultar de oportunidades exploradas pela Rússia e / ou pela China.

No âmbito económico, tendo descrito o que pode ser feito em relação a esta opção, consideramos que é um instrumento de influência poderoso que poderá reduzir os impulsos nacionalistas, que são um foco natural de instabilidade.

A Presidência tripartida foi colocada sob pressão. Essa pressão incidiu em particular sobre Milorad Dodik, o membro sérvio da Bósnia que fez declarações e tomou posições secessionistas, tendo sido exercida pelos EUA e pela União Europeia, bem como individualmente pelos respectivos líderes, nomeadamente, o Presidente da Comissão Europeia, o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e os representantes dos Estados-Membros da UE. Este argumento torna-se ainda mais relevante face à dependência do país de financiamento externo, nomeadamente da União, através de empréstimos e da transferência de fundos estruturais.

No que diz respeito à opção militar, verificámos que a UE está presente na BiH desde 2004, ao abrigo de um mandato das Nações Unidas, no âmbito da Operação ALTHEA. Dados os seus objetivos de apoiar a formação e treino das FAB H e de garantir de um ambiente seguro e estável que proporcione segurança e bem-estar às populações, a UE tem um papel importante a nível local. Constitui-se ainda como uma força de reação rápida capaz de lidar com quaisquer alterações na situação ou como uma força de apoio militar de emergência, sendo aceite como garante da estabilidade social pelo seu poder dissuasor. Apesar dos 1.100 militares da ALTHEA destacados na BiH, acreditamos que esta continuará a cumprir a sua missão atual, mantendo o mandato com o mesmo efetivo.

Respondendo à pergunta de partida deste documento – Como pode a União Europeia influenciar a BiH a manter um ambiente seguro e estável? –, consideramos que será adotada uma solução integrada: a “Abordagem Integrada” definida na EUGS apresentada e defendida veementemente por Federica Mogherini, que foi responsável pelas relações externas e de defesa da UE até 2019.

A abordagem integrada utiliza simultaneamente todos os instrumentos que a UE pode utilizar para resolver a crise e evitar que esta evolua para um conflito. Para que este objetivo seja alcançado, a UE deverá agir de forma multidimensional, o que implicará a utilização de todas as opções de prevenção, manutenção e gestão do conflito, de forma multifásica e atuando em todas as fases do ciclo do conflito. A UE terá uma intervenção multinível, atuando na resolução de conflitos a nível local, regional e global, e multilateral, envolvendo todos os intervenientes no conflito que tenham sido considerados necessários para essa resolução, sejam organizações internacionais, países ou a sociedade civil do país (União Europeia, 2016c).

Adicionalmente, Josep Borrell, o atual Alto Representante da UE para a política externa e de segurança, continua a favorecer esta abordagem no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa. Isso deve-se principalmente ao facto de esta utilizar todas as opções disponíveis em simultâneo, de aproveitar ao máximo o contributo que cada uma pode dar para a resolução da crise na BiH e de ser absolutamente coerente com as ideias apresentadas e apoiadas por Federica Mogherini sobre a EUGS.

Com o intuito de manter a BiH motivada para adotar os valores e princípios europeus, em 15 de dezembro de 2022, o Conselho Europeu votou por unanimidade a concessão do estatuto de candidato à BiH, num momento histórico no caminho do país para a integração na UE (Nações Unidas, 2023).

9. Conclusão

A globalização obriga-nos a olhar para o mundo de forma holística e a estar cientes de que a ação de um ator terá impacto em todos os outros atores na cena internacional. Esta afirmação alerta para o facto de que deve ser dada a devida atenção à posição do membro da presidência tripartida da BiH, o sérvio-bósnio Milorad Dodik, pois poderá levar a uma alteração da situação de segurança com impacto na Europa, e em particular na União Europeia.

A BiH tem uma história de guerras e conflitos, entre os quais o mais recente e importante foi a guerra civil de 1992-1995. Foi deste conflito que, após a assinatura do Acordo de Dayton, saiu uma solução de compromisso que impôs uma presidência tripartida onde estão representados os três grupos étnicos e as duas entidades.

A BiH continua a ter dificuldade em desenvolver as suas instituições fruto de restrições económicas, conflitos raciais, múltiplos níveis de administração e corrupção.

Como consequência das posições nacionalistas assumidas por Dodik, têm sido identificados focos de instabilidade que podem conduzir a crises e, eventualmente, a conflitos.

Após as eleições gerais de 2022, um dos principais obstáculos ao ambiente seguro e estável foi removido da presidência tripartida com a substituição de Dodik por Željka Cvijanović. Apesar disso, Dodik continua a influenciar os nacionalistas e ativistas radicais do seu grupo étnico e a tentar criar condições que permitam a secessão da Bósnia, nos moldes em que foi criada pelos Acordos de Dayton.

A UE tem desempenhado um papel fundamental na promoção de um ambiente seguro na BiH, estando envolvida na segurança, apoiando o Estado de direito, incentivando o processo de integração europeia, promovendo a cooperação regional e prestando assistência económica e ao desenvolvimento.

Não obstante, é de salientar que ainda há desafios a enfrentar na região e que a UE continua a ter um papel ativo nos esforços para alcançar uma paz duradoura, a estabilidade e a prosperidade na BiH.

A UE deve analisar as opções à sua disposição para encontrar uma solução e adotar, de forma integrada, as medidas que salvaguardem o seu objetivo, que é a segurança e o bem-estar dos seus cidadãos.

Tendo aferido que as origens do conflito resultam das diferenças entre os grupos étnicos e entidades que compõem a BiH e, em particular, dos impulsos nacionalistas de Milorad Dodik, consideramos que as opções da UE para lidar com o reacendimento do conflito são de natureza política / diplomática, económica e militar (no âmbito da PCSD), ou seja, constituem a Abordagem Integrada da UE.

Os aspetos acima referidos poderão estar associados à necessidade de afirmação política de Dodik, uma vez que se aproximam as eleições e que poderá haver a necessidade de ocultar atividades económicas ilícitas. No entanto, a disputa geoestratégica pela península balcânica pela Rússia e pela China, com a oposição dos EUA e da UE, não deve ser descartada.

Numa abordagem teórica, as atividades da UE na BiH são orientadas maioritariamente por ideias neoliberalistas, com Van der Leyen e Josep Borrell a atuar ao nível das instituições

e do governo (sistemas jurídico, fiscal e de defesa). O Alto Representante do Conselho de Segurança da ONU Christian Schmidt e o Chefe da Delegação da UE e Representante Especial da UE Johann Sattler têm colaborado com os dirigentes e as instituições locais e prestado aconselhamento atempado para que o país possa manter a coesão e a integridade territorial.

O principal objetivo da ação internacional é a evolução de uma paz negativa para uma paz positiva.

As soluções apresentadas baseiam-se numa abordagem integrada, que deve envolver todas as opções identificadas, tendo em conta a interligação entre segurança, liberdade e desenvolvimento, e que deve focar-se na segurança e defesa, no desenvolvimento económico e na diplomacia.

Recorrendo à ajuda humanitária, ao aconselhamento económico e à ação diplomática, bem como à capacidade militar, para encontrar um terreno comum onde uma solução para a crise possa ser negociada com o partido dissonante, evitando uma escalada no ciclo do conflito e resolvendo a situação de forma pacífica. Considera-se assim que foi dada a resposta à pergunta de partida.

A investigação em que se baseou este artigo foi limitada pelas posições tomadas por Milorad Dodik e pelos seus seguidores e associados, uma vez que a instabilidade atual se deve, em grande parte, às suas declarações ou ações, que poderão reacender o conflito na BiH, caso não seja encontrada uma solução.

Apesar de ser um nacionalista e de ter tentado obter vantagem nas eleições do final de 2022, tanto a nível individual como político, envolvendo a China e a Rússia na disputa interna, Dodik perdeu as eleições. Outro fator que afetou os seus planos foi a invasão da Ucrânia pela Rússia, por ter desviado, compreensivelmente, a atenção e os recursos da UE e da comunidade internacional, desarmando os argumentos de Dodik.

Assim, o afastamento de Dodik da liderança do seu partido e da presidência tripartida trouxe um novo fôlego à BiH, que, regressando a um ambiente seguro, terá a força e a concentração necessárias para concretizar a integração na UE, embora os resultados não estejam a ser reconhecidos por Dodik ou pelos seus partidários da linha dura.

Será realizado um novo estudo para aferir como se comportará esta presidência tripartida formada por personalidades diferentes, que em princípio deverá ser menos nacionalista e estar mais empenhada na integração da BiH na UE como membro de pleno direito.

A este facto há dois elementos a acrescentar: o primeiro é a reação de Dodik e dos seus seguidores, que tentaram a todo o custo anular o resultado das eleições; o segundo é a imprevisibilidade do fim da guerra na Ucrânia. Outra incógnita é a posição que será adotada pelo Kremlin em relação à aproximação da BiH à UE e, eventualmente, à OTAN. Por fim, é igualmente importante analisar o papel que a Sérvia poderá desempenhar no desenrolar da situação, considerando a sua proximidade a Moscovo.

Como reflexão final deste trabalho de investigação, alertamos para o facto de que a UE deve adotar uma postura mais interventiva, nomeadamente através da abordagem integrada, e ultrapassar a sua habitual timidez, atuando de forma mais eficaz na construção da paz, da segurança e do desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

- Andreychuk, R. (2018). Security in the Western Balkans. *Report to the NATO Parliamentary Assembly, 178 PCNP 18 E rev1 fin*. <https://www.nato-pa.int/download-file?filename=/sites/default/files/2018-12/178%20PCNP%2018%20E%20rev.1%20fin%20-%20SECURITY%20IN%20THE%20WESTERN%20BALKANS%20-%20ANDREYCHUK%20REPORT.pdf>
- Baylis, J., Wirtz, J. J., & Gray, C. S. (Eds.). (2019). *Strategy in the contemporary world: An introduction to strategic studies* (Sixth edition). Oxford University Press.
- Bodenhause, G. V., & Peery, D. (2009). Social Categorization and Stereotyping *In vivo*: The VUCA Challenge: Social Categorization *In vivo*. *Social and Personality Psychology Compass*, 3(2), 133–151. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9004.2009.00167.x>
- Boffey, D. (2021). *Bosnian Serb leader: Putin and China will help if west imposes sanctions*. The Guardian. <https://www.theguardian.com/world/2021/nov/29/bosnian-serb-leader-putin-and-china-will-help-if-west-imposes-sanctions>
- Brecher, M. (2018). *A Century of Crisis and Conflict in the International System: Theory and Evidence: Intellectual Odyssey III* (1st ed. 2018). Springer International Publishing: Imprint: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-57156-0>
- Brecher, M., & Wilkenfeld, J. (1997). *A study of crisis*. The University of Michigan Press.
- Cutileiro, J., & Carrington, P. (1992, março 18). *Statement of Principles for New Constitutional Arrangements for Bosnia and Herzegovina (CarringtonCutileiro Plan of March 1992)*.
- Departamento do Tesouro dos EUA. (2022, janeiro 5). *Treasury Sanctions Milorad Dodik and Associated Media Platform for Destabilizing and Corrupt Activity*. <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy0549>
- DeRouen, K., Bercovitch, J., & Pospieszna, P. (2011). Introducing the Civil Wars Mediation (CWM) dataset. *Journal of Peace Research*, 48(5), 663–672. <https://doi.org/10.1177/0022343311406157>
- DN/LUSA. (2022, março 17). *Embaixador russo em Sarajevo ameaça seguir «exemplo ucraniano» se Bósnia aderir à NATO*. <https://www.dn.pt/internacional/embaixador-russo-em-sarajevo-ameaca-seguir-exemplo-ucraniano-se-bosnia-aderir-a-nato-14690525.html#media-1>
- Fry, D. P. (Ed.). (2013). *War, peace, and human nature: The convergence of evolutionary and cultural views*. Oxford University Press.
- Gabinete de Análise Econômica dos Estados Unidos da América. (2022). *Bosnia and Herzegovina—International Trade and Investment Country Facts*. <https://apps.bea.gov/international/factsheet/factsheet.html#358>
- Gabinete do Presidente da República da Croácia. (2023). *President Milanović after Meeting with Member of BiH Presidency Bećirović: It is in Croatia's interest for BiH to be a factor of stability and a member of the EU*. Office of the President of the Republic of Croatia. <https://www.predsjednik.hr/en/news/president-milanovic-after-meeting-with-member-of-bih-presidency-becirovic-it-is-in-croatias-interest-for-bih-to-be-a-factor-of-stability-and-a-member-of-the-eu/>

- Galtung, J. (1967). *Theories of peace. A Synthetic Approach to Peace Thinking*. International Peace Research Institute.
- GFAP. (1995, novembro 21). *General Framework Agreement for Peace in Bosnia and Herzegovina (Dayton Peace Agreement)*. <https://www.peaceagreements.org/generateAgreementPDF/389>
- Guimarães, M. J. (2021). *Líder sérvio bósnio diz que em caso de sanções há sempre a Rússia e a China*. Público. <https://www.publico.pt/2021/11/29/mundo/noticia/lider-servio-bosnio-caso-sancoes-ha-russia-china-1986839>
- Higgins, A. (2022). *In the Tinderbox of Bosnia, a Serb Nationalist Lights a Match*. The New York Times. <https://www.nytimes.com/2022/01/02/world/europe/bosnia-war-putin.html>
- Honneth, A. (1996). *The struggle for recognition: The moral grammar of social conflicts* (1st MIT Press ed). MIT Press.
- Hsieh, H.-F., & Shannon, S. E. (2005). Three Approaches to Qualitative Content Analysis. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277–1288. <https://doi.org/10.1177/1049732305276687>
- Huaxia. (2021). *BiH, China launch construction of green energy project*. XINHUANET.net. <https://english.news.cn/europe/20211229/014631cc600f4460956ca06c7ecbca7f/c.html>
- Huntington, S. P. (2002). *The clash of civilizations and the remaking of world order* (Repr.). Free Press.
- Instituto da Paz e Instituto de Operações de Estabilidade e Manutenção da Paz dos Estados Unidos da América (Eds.). (2009). *Guiding principles for stabilization and reconstruction*. United States Institute of Peace.
- International Crisis Group (ICG). (1996). *Elections in Bosnia-Herzegovina: Introduction and Background, 22 September 1996*. International Crisis Group (ICG). <https://www.refworld.org/docid/3ae6a6d50.html>
- Jie, Y., & Wallace, J. (2021). *What is China's Belt and Road Initiative (BRI)?* Chatham House. <https://www.chathamhouse.org/2021/09/what-chinas-belt-and-road-initiative-bri>
- Keohane, R. O., & Nye, J. S. (1998). Power and Interdependence in the Information Age. *Foreign Affairs*, 77(5), 81. <https://doi.org/10.2307/20049052>
- Klimentyev, M. (2022). *Sérvia recebe novo armamento proveniente da Rússia*. Observador. https://observador.pt/2022/01/04/servia-recebe-novo-armamento-proveniente-da-russia/?cache_bust=1700002516051
- Lampe, J., Malcolm, N., & Pickering, P. (2023). *Bosnia and Herzegovina*. <https://www.britannica.com/place/Bosnia-and-Herzegovina/additional-info#contributors>
- Leigh-Phippard, H. (1998). The Contact Group on (And in) Bosnia: An Exercise in Conflict Mediation? *International Journal*, 53(2), 306. <https://doi.org/10.2307/40203296>
- Lund, M. S. (1996). *Preventing violent conflicts: A strategy for preventive diplomacy*. United States Institute of Peace Press.
- Mayr, P., & Walter, A. (2007). An exploratory study of Google Scholar. *Online Information Review*, 31(6), 814–830. <https://doi.org/10.1108/14684520710841784>
- Mayring, P. (2004). *Qualitative content analysis: Theoretical foundation, basic procedures and software solution*. <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-395173>

- Munro, A. (2023). *Non-Aligned Movement*. Encyclopedia Britannica. <https://www.britannica.com/topic/Non-Aligned-Movement>
- Nações Unidas. (1994, maio 25). *FINAL REPORT OF THE COMMISSION OF EXPERTS ESTABLISHED PURSUANT TO SECURITY COUNCIL RESOLUTION 780 (1992)*. https://www.icty.org/x/file/About/OTP/un_commission_of_experts_report1994_en.pdf
- Nações Unidas. (2008a). *Agenda 5+2*. <https://www.ohr.int/agenda-52/>
- Nações Unidas. (2008b). *Department of Peacekeeping Operations (DPKO), United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines*. <https://www.refworld.org/docid/484559592.html>
- Nações Unidas. (2021a). *Resolution 2604 (2021) was Adopted by the Security Council at its 8896th meet-ing, on 3 November 2021*. <http://unscr.com/en/resolutions/2604>
- Nações Unidas. (2021b, maio 11). 60th Report of the High Representative for Implementation of the Peace Agreement on Bosnia and Herzegovina to the Secretary-General of the United Nations. *Office of the High Representative (OHR)*. <https://www.ohr.int/60th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-peace-agreement-on-bosnia-and-herzegovina-to-the-secretary-general-of-the-united-nations/>
- Nações Unidas. (2022, novembro 17). *High Representative congratulates newly elected BiH Presidency members*. <https://www.ohr.int/high-representative-congratulates-newly-elected-bih-presidency-members/>
- Nações Unidas. (2023, maio). *Security Council Report. May 2023 Monthly Forecast*. <https://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2023-05/bosnia-and-herzegovina-9.php>
- Nicholson, M. (1992). *Rationality and the analysis of international conflict*. Cambridge University Press.
- Owen, D., & Stoltenberg, T. (1993, setembro 16). *Agreement relating to Bosnia and Herzegovina (Owen-Stoltenberg Peace Plan, or 'Invincible plan')*. <https://www.peaceagreements.org/wgenerateAgreementPDF/472>
- Pawlowitch, S. K. (2000). *A history of the Balkans, 1804—1945* (Nachdr.). Longman.
- Rehrl, J. (2021). *Handbook on CSDP: The common security and defence policy of the European Union* (Fourth edition). Directorate for Security Policy of the Federal Ministry of Defence and Sports of the Republic of Austria.
- Reuters. (2022). *Bosnian Serb leader Dodik says Ukraine war has delayed secession plan*. Reuters. <https://www.reuters.com/world/europe/bosnian-serb-leader-dodik-says-ukraine-war-has-delayed-secession-plan-2022-06-06/>
- Rieff, D. (1995, janeiro). The Krajina War: Endgame for the United Nations. *World Policy Journal*, 71–74.
- Ristovitch, M. (2014). A short overview of the history of the Yugoslav experiment. *Revista portuguesa de história*, 45, 127–157.
- Rozario, S. D., Venkatraman, S., Marimuthu, M., Khaksar, S. M. S., & Subramani, G. (2021). Creating Smart Cities: A Review for Holistic Approach. *Applied System Innovation*, 4(4), 70. <https://doi.org/10.3390/asi4040070>

- Santos, L., Lima, J., Garcia, F., Santos, R., Monteiro, F., Silva, N., Afonso, C., Piedade, J., & Fachada, C. (2019). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação* (2a, 1–1). Instituto Universitário Militar.
- Schwegmann, C. (2000). *The Contact Group and its impact on the European Institutional Structure*. European Union Institute for Security Studies (EUISS). <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/occ016.pdf>
- SCOPUS. (2022). *Expertly curated abstract & citation database*. <https://www.elsevier.com/solutions/scopus>
- Sito-Sucic, D. (2021). *Secessionist leader says Serbs will undo Bosnia state institutions*. Reuters. <https://www.reuters.com/world/europe/secessionist-leader-says-serbs-will-undo-bosnia-state-institutions-2021-10-14/>
- Sito-sucic, D. (2021). *Serbs vote to start quitting Bosnia's key institutions in secessionist move*. Reuters. <https://www.reuters.com/world/europe/serbs-vote-start-quitting-bosnias-key-institutions-secessionist-move-2021-12-10/>
- Tamkin, E. (2018). *Bosnia Is Teetering on the Precipice of a Political Crisis*. *Foreign Policy*. <https://foreignpolicy.com/2018/03/21/bosnia-is-teetering-on-the-precipice-of-a-political-crisis-balkans-election-law-dodik/>
- Tidwell, A. C. (2001). *Conflict resolved? A critical assessment of conflict resolution* (Repr). Continuum.
- União Europeia. (1992). Treaty on European Union (Maastricht, 7 February 1992). *Official Journal of the European Communities (OJEC)*. 29.07.1992, No C 191. [s.l.]. http://www.cvce.eu/obj/treaty_on_european_union_maastricht_7_february_1992-en-2c2f2b85-14bb-4488-9ded-13f3cd04de05.html
- União Europeia. (1999). *CONCLUSIONS OF THE PRESIDENCY. COLOGNE EUROPEAN COUNCIL*. https://www.europarl.europa.eu/summits/ko11_en.htm
- União Europeia. (2016a). *CONSOLIDATED VERSION OF THE TREATY ON EUROPEAN UNION*. http://data.europa.eu/eli/treaty/teu_2016/oj
- União Europeia. (2016b). *Council Conclusions on the Implementation of the Joint Declaration by the President of the European Council, the President of the European Commission and the Secretary General of the North Atlantic Treaty Organization*.
- União Europeia. (2016c). *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe—A Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy*. UE.
- União Europeia. (2007). *TREATY OF LISBON, AMENDING THE TREATY ON EUROPEAN UNION AND THE TREATY ESTABLISHING THE EUROPEAN COMMUNITY (2007/C 306/)*. http://publications.europa.eu/resource/cellar/688a7a98-3110-4ffe-a6b3-8972d8445325.0007.01/DOC_19
- União Europeia. (2019, maio 29). *Commission Opinion on Bosnia and Herzegovina's application for membership of the European Union*. <http://europa.ba/wp-content/uploads/2019/05/20190529-bosnia-and-herzegovina-opinion.pdf>
- União Europeia. (2020, novembro 30). *EUFOR BOSNIA-HERZEGOVINA Military Operation ALTHEA*.

- União Europeia. (2021a, julho 13). *Bosnia must step up re-alignment with Europe if it wants to join the bloc: Borrell*. <https://www.euronews.com/my-europe/2021/07/13/bosnia-must-step-up-re-alignment-with-europe-if-it-wants-to-join-the-bloc-borrell>
- União Europeia. (2021b, setembro 30). *Statement by President von der Leyen on the occasion of her official visit to Bosnia and Herzegovina*. https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/news/statement-president-von-der-leyen-occasion-her-official-visit-bosnia-and-herzegovina-2021-09-30_pt
- União Europeia. (2021c, outubro 19). *Key findings of the 2021 Report on Bosnia and Herzegovina*. <http://europa.ba/?p=73569>
- União Europeia. (2021d, dezembro 22). *EU Delegation/EUSR comment on recent allegations published in Istraga.ba*. <http://europa.ba/?p=74078>
- União Europeia. (2022, outubro 12). *European Commission assesses reforms in the Western Balkans and Türkiye and recommends candidate status for Bosnia and Herzegovina*. https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/news/2021-enlargement-package-european-commission-assesses-and-sets-out-reform-priorities-western_en
- União Europeia. (2023a, abril 25). *European Union in BiH, Operation ALTHEA*. <https://euforbih.org/index.php/about-eufor/background>
- União Europeia. (2023b, julho). *EU factograph on the status of implementation in Bosnia and Herzegovina*. https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/document/download/c9f70a09-5a77-42b6-88fb-e82d798f0c9e_en
- União Europeia. (n.d.). *EU governance*.
- União Europeia. (n. d.). *Petersberg Missions*.
- Vance, C., & Owen, D. (1993, maio 2). *The Vance-Owen Plan*. <https://www.peaceagreements.org/wgenerateAgreementPDF/606>
- Vine, R. (2006). Google scholar. *Journal of the Medical Library Association*, 91–97.
- Wagener, V. (2023, janeiro 15). *What is Republika Srpska? Deutsche Welle*. <https://www.dw.com/en/what-is-republika-srpska/a-64373205>
- Wallensteen, P. (2015). *Quality peace: Peacebuilding, victory, and world order*. Oxford University Press.
- Zawada, A. (2021). *Alemanha sugere aplicação de sanções da UE ao líder dos sérvios bósnios*. Observador. <https://observador.pt/2021/12/13/alemanha-sugere-aplicacao-de-sancoes-da-ue-ao-lider-dos-servios-bosnios/>
- Zientek, L. R., Werner, J. M., Campuzano, M. V., & Nimon, K. (2018). The Use of Google Scholar for Research and Research Dissemination: The Use of Google Scholar for Research and Research Dissemination. *New Horizons in Adult Education and Human Resource Development*, 30(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.1002/nha3.20209>
- Zwitter, A. J. (2012). The Rule of Law in Times of Crisis—A Legal Theory on the State of Emergency in the Liberal Democracy. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2369335>